

Plano Mais Brasil PPA 2012 2015

Dimensão Estratégica

**Relatório das Oficinas de Avaliação
- Ano Base 2013**

Eixo: Infraestrutura

**COMUNICAÇÃO: DIREITO SOCIAL,
REGULAÇÃO E CONTEÚDO NACIONAL**



Ficha Técnica

Oficina: Comunicação: direito social, regulação e conteúdo nacional

Eixo: Infraestrutura.

Data: 08/10/2013, de 10h às 17h.

Local: ENAP: SAIS Área 2A, Sala 119, térreo - Setor Policial Sul – Brasília, DF

Secretária da SPI/MP: Esther Bemerguy

Diretor da SPI/MP: André Arantes

Coordenador Geral: Ricardo Bielschowsky

Coordenador Técnico: Antonio Lassance

Relatora: Tatiane Espíndola

Participantes¹: César Rômulo (Associação Brasileira de Telecomunicações), Eduardo Neger (Associação Brasileira de Internet), Eduardo Tude (Teleco Consultoria), João Maria (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Murilo Ramos (Universidade de Brasília), Nara Pimentel (Universidade de Brasília), Nelson Breve (Empresa Brasil de Comunicação), Rodrigo Abdala (Senado Federal), Rodrigo Zerbone (Agência Nacional de Telecomunicações), Silvia Sardinha (Empresa Brasil de Comunicação).

¹ A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MP) agradece a participação dos debatedores convidados e demais técnicos e colaboradores que estiveram presentes à oficina. O objetivo deste relatório é levantar questões e oferecer subsídios para discussões sobre o tema por governos e pela sociedade. As opiniões aqui contidas não expressam necessariamente posições institucionais da SPI/MP ou das demais instituições representadas, nem refletem obrigatoriamente concordâncias plenas de todos os participantes da oficina.

Questões Orientadoras do debate:

1. Qual o diagnóstico atual do setor de comunicações no Brasil? Em especial no que diz respeito a:

- Acesso da população aos meios de comunicação, especialmente das novas mídias como a Internet, abrangendo tópicos como disponibilidade, custos, qualidade dos serviços, respeito à privacidade e neutralidade da rede;
- Pluralidade de atores e opiniões nos meios de comunicação de massa, incluindo o cenário atual da produção de conteúdo local;
- Comunicação entre o governo e sociedade, levando-se em conta o uso das novas mídias como interface entre o governo e a população e uma avaliação das medidas de transparência adotadas pelo país nos últimos anos.

2. Qual é o papel do Estado, em suas diversas esferas, para permitir que toda a população, especialmente os menos favorecidos, possam usufruir da comunicação como um direito social em sua plenitude e quais medidas governamentais podem levar ao cumprimento desse objetivo?

Introdução

A avaliação da dimensão estratégica do PPA 2012-2015 sobre a comunicação partiu de três parâmetros estratégicos: a comunicação como direito social, a importância crucial da regulação para o fortalecimento do setor e a prioridade à produção de conteúdo nacional.

A partir daí foram estabelecidos três macrodesafios: garantir a comunicação como um direito da sociedade; permitir que uma pluralidade de atores seja protagonista e empreendedora de meios e de formatos comunicativos que fortaleçam a democracia e a identidade nacional; e aprimorar a comunicação do Estado como forma de garantir os dois aspectos citados e de melhorar a gestão de serviços públicos.

O papel do Estado do ponto de vista estratégico no setor de comunicações é o de promover o investimento em infraestrutura e atuar na área regulatória de forma tanto a corrigir eventuais falhas de mercado quanto a garantir os direitos dos cidadãos, sejam eles clientes ou não de serviços de comunicação públicos ou privados, com a perspectiva de universalização do acesso, promoção da pluralidade de atores protagonistas de meios e de formatos comunicativos que fortaleçam a democracia e que impulsionem a produção nacional de conteúdo.

A infraestrutura, por sua vez, deve estar voltada aos desafios estratégicos de áreas cruciais para a garantia de direitos fundamentais e o desenvolvimento sustentável. Uma frente decisiva é a produção de conteúdo e softwares, aspecto que deve ser priorizado inclusive em relação à produção de equipamentos, que, no passado, era considerada como desafio prioritário do setor.

Para além de atender ao quesito da economicidade, barateando custos por meio de ferramentas digitais, cumpre o objetivo de facilitar o acesso do cidadão a uma provisão de serviços públicos que garantem direitos de cidadania.

A atuação regulatória deve ter como ênfase proporcionar segurança jurídica tanto às empresas quanto, sobretudo, aos cidadãos. A regulação deve ter como meta diminuir a carga de obrigações, tanto no sentido de desburocratizar procedimentos quanto de diminuir os encargos

administrativos e financeiros dos pequenos operadores permitindo sua atuação nos mercados, atendendo a outro aspecto fundamental da regulação que é o de garantir a concorrência.

A conjunção dessas duas dimensões da atividade regulatória propiciaria o florescimento de um mercado mais forte, com um número maior de agentes econômicos empreendedores, além do fortalecimento de empresas com vocação para o mercado internacional.

As falhas de mercado devem suscitar modelos diferentes de intervenção do Estado, considerando a diversidade territorial e a complexidade de arranjos econômicos das diferentes áreas da comunicação.

Uma das falhas de mercado essenciais se refere à provisão de serviços de comunicação em áreas onde o custo de implantação e fornecimento dos serviços é proibitivo diante da situação socioeconômica de muitos dos habitantes, tal sua baixa renda, que representa uma demanda pouco atraente para os operadores dos mercados.

Os desafios colocados implicam em superar uma questão preliminar, que é a da adequada aplicação dos fundos setoriais de forma que o setor possa ampliar sua capacidade de investimentos e o governo possa reforçar a atuação regulatória de suas agências.

As comunicações têm um papel de proa na nova economia internacional que deverá ser ainda melhor compreendido pelo Estado brasileiro e se traduzir em políticas capazes de fazer o setor avançar ainda mais no Brasil e projetar o país em escala global, na produção de conteúdo e como referência na provisão de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC universalizados aos seus cidadãos.

Diagnóstico

Garantir a comunicação como um direito da sociedade

O Brasil enfrenta o novo mundo das comunicações diante de desafios de uma nova economia internacional, na qual as comunicações representam tanto uma nova plataforma produtiva quanto um setor que reinventa produtos e serviços a todo momento.

Em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, que vai além da dimensão do crescimento econômico, as comunicações permitem ao Estado e à sociedade abraçar a perspectiva do desenvolvimento enquanto ampliação das capacidades humanas e emancipação dos sujeitos sociais de inúmeras restrições estruturais a que foram submetidos historicamente.

Além dos ganhos em termos de economicidade na prestação de serviços, na produção e na distribuição de mercadorias, abre-se um novo mundo de relações socioeconômicas capazes de facilitar a interação, de garantir a transparência e de abrir inúmeros processos visando à participação mais ampla de todos.

Assim sendo, mais que um setor econômico crucial, as comunicações devem ser estrategicamente consideradas como uma alavanca para o desenvolvimento. No caso brasileiro, uma alavanca importante para mudarmos de patamar nas relações entre a sociedade e o Estado e entre sociedade, Estado e mercado.

As comunicações podem ser encaradas até mesmo como um fator importante para a redução das desigualdades, na medida em que proporcionam o acesso a informações e a oportunidades que, na ausência das ferramentas e serviços de comunicação, não estarão à disposição dos cidadãos para o desenvolvimento de suas capacidades.

Inúmeras políticas desenvolvidas no setor têm obtido sucesso, mas ainda precisam ser aprimoradas – ora por meio de ajustes incrementais, aumento na escala de atuação, adoção de políticas complementares associadas, entre outras estratégias.

O que se espera do mercado de comunicações no Brasil é a massificação do uso e a forte inserção de distintos públicos na produção comunicativa e no acesso a essa produção. Superada a perspectiva da comunicação de massa da sociedade industrial, de sentido unívoco, o que se espera é a disseminação das fontes

capazes de assumir um protagonismo comunicativo em escala ampliada.

Nessa perspectiva, o setor é a principal infraestrutura do fluxo de informações e interações, sendo decisivo para o caso de o país pretender se posicionar como um grande gerador de conteúdos no fluxo global de informações e interações. É pelo uso da internet que essa dinâmica tem se mostrado mais efetiva, por conta da chamada convergência, pela qual vários meios migram para as plataformas e aplicativos proporcionados pela internet para gerar e disseminar suas informações, agora com a perspectiva cada vez mais aberta de interação. A cada vez que se cria uma nova tecnologia nessa área, porém, o desafio do acesso retorna quase que ao princípio, exigindo novos investimentos e, sobretudo, novas políticas. De todo modo, é por meio da internet que se tem permitido que uma pluralidade de atores seja, cada vez mais, protagonista de meios e de formatos comunicativos.

O novo mercado das comunicações

a) Infraestrutura

O salto necessário à infraestrutura de comunicações deve ser compreendido considerando as defasagens históricas existentes no Brasil. Ao mesmo tempo, além de investimentos regulares e em volume suficiente, o salto a ser dado demanda planejamento, o qual, por sua vez, deve ser orientado por uma estratégia para as comunicações do país sintonizada com as demandas de cidadania e a perspectiva econômica capaz de prover tais demandas de bases materiais exequíveis.

A discussão de infraestrutura só faz sentido se estiver irmanada com a discussão sobre a produção de conteúdo para áreas chave da sociedade do conhecimento que queremos construir, baseadas em uma nova economia. Quanto mais robusta for a infraestrutura de comunicação, mais preparada estará a economia brasileira para se projetar ainda mais como grande “player” no mercado global. Essa nova economia, intensiva em conhecimento e em inovação, sob a base de um mercado de consumo de massa expandido, nasce não necessariamente de empresas grandes e tradicionais. Depende, e muito, de pequenos empreendedores que apostam em soluções que precisam ter clareza das apostas que Estado e sociedade fazem para o futuro.

Essas apostas, por seu turno, requerem o diálogo do Estado com a sociedade e o mercado, de forma a se estabelecer um foco de atuação preciso e uma definição clara do papel a ser desempenhado por esses atores.

Um dos problemas enfrentados é justamente a dispersão de iniciativas e a falta de uma melhor coordenação entre iniciativas do Estado e os projetos das empresas do ramo. O governo segue um modelo híbrido de fomento. Ao mesmo tempo em que incentiva as empresas privadas com estímulos fiscais, atua em paralelo com sua empresa estatal não necessariamente de forma complementar, mas concorrente, com esforços repetitivos, paralelismos e, em consequência, resultados menos eficientes.

As inovações, por sua vez, fazem com que os investimentos feitos em determinadas vertentes tecnológicas se tornem rapidamente obsoletos. O Brasil construiu uma ampla rede de telefonia fixa, mas que hoje não atende mais às expectativas dos usuários, particularmente com o crescimento na cobertura dos serviços de telefonia móvel e o aumento na velocidade do acesso à internet via 3G e 4G.

Já se presencia um momento de transição entre essa popularização do uso do celular e a migração para o uso intensivo da internet pelos smartphones, superando aos poucos o uso do sistema de voz. A telefonia fixa segue em queda, haja vista os efeitos da internet e do processo de convergência de novas mídias. O desafio claro para o futuro é construir uma rede de banda larga de alta velocidade, capaz de atender não apenas os clientes tradicionais (computadores pessoais), como também a crescente demanda por serviços em plataformas móveis e novas formas de acesso (como as TVs).

Existe e persiste, mais uma vez, uma disputa por um recurso escasso, que são as frequências. A telefonia 3G implantada é ainda muito limitada. Uma maior capacidade só será possível a partir da implantação definitiva do 4G. A pressão por espectro da parte dos provedores de telecomunicações pode de certa forma criar limitações para o setor de radiodifusão, sobretudo nos grandes centros urbanos. Os usuários demandam cada vez mais espaço devido ao tipo de tráfego de dados requerido, cada vez mais baseado em vídeos, som, fotos e dados georreferenciados, que exigem não apenas mais banda, mas também conexões mais estáveis à rede.

Um importante fato portador de futuro, em termos prospectivos, é o da utilização dos recursos dos royalties do petróleo na

educação. Essa possibilidade renova a chance de uma digitalização do ensino no Brasil e também da difusão acelerada da educação à distância. A meta da Anatel, segundo a qual os estabelecimentos de educação urbanos e rurais devem ser conectados a Internet Banda Larga pelas grandes operadoras ainda não foi plenamente alcançada, principalmente no que tange às escolas rurais.

Permanece a necessidade de se definir com mais clareza qual é o papel do Estado e o da iniciativa privada nos investimentos em infraestrutura, e qual a melhor forma de aplicar os fundos setoriais, particularmente em face às novas tecnologias disponíveis no mercado.

b) Competição e regulação do setor

O papel do Estado não é necessariamente o de prover serviços, e sim o de fazer o serviço chegar a cada cidadão, ao menor custo possível ou mesmo sem custos, arcando com essa provisão quando justificável por razões socioeconômicas. Em alguns casos, por falhas de mercado ou razões estratégicas, o Estado pode e deve assumir algumas frentes de atuação de forma direta. É o caso da discussão em curso relacionada à segurança cibernética das comunicações dos Poderes da República e de empresas estatais.

O Estado tem a responsabilidade de coordenar investimentos públicos, permitir e apoiar a expansão dos serviços privados, de preferência, com uma maior quantidade de operadores, e viabilizar o serviço em áreas onde não existam tais operadores.

Mas a atuação essencial do Estado nesse domínio econômico é a regulatória. A economia do setor produz falhas de mercado que precisam ser corrigidas, inclusive para manter o mercado competitivo, e não monopolístico; para garantir qualidade, além de lucro, e para suprir o atendimento a determinadas áreas onde a renda da população é inferior à necessária para usufruir de serviços de comunicações. Do contrário, o setor tenderá naturalmente a estar superconcentrado em áreas mais rentáveis (grandes centros e locais de maior renda) e ausente em localidades remotas ou de baixa renda.

Um ponto central da atividade regulatória é o incentivo à competição. O planejamento e o estabelecimento de metas de competição, com a devida equalização dos modelos de custo, conforme as especificidades, e a diminuição de barreiras para entrada de novos competidores certamente gerarão efeitos

positivos. Neste ponto se faz necessária uma ampla revisão da regulação destinada à concessão de licenças, que devem ser flexibilizadas para atender ao fenômeno da convergência.

Todavia, continua existindo a necessidade de uma complementação de investimentos a serem subsidiados pelo poder público. Os planos de banda larga de outros países têm todos uma forte presença do setor público. Em alguns países, como a Austrália, a rede de fibra óptica é totalmente pública. Não necessariamente esse deve ser o modelo seguido pelo Brasil. O mais importante é que o Governo Federal redefina suas prioridades e esclareça suas áreas de atuação complementar, definindo, correspondentemente, o espaço reservado à atuação prioritariamente privada.

A regulação é também importante à tarefa de estimular o surgimento e fortalecimento dos pequenos operadores. Há empresas presentes em quase todos os municípios que são pequenos operadores de telecomunicações e que desempenham hoje um papel relevante. Um novo modelo de empreendedorismo a ser estimulado é o dedicado à geração de conteúdos e aplicações nacionais, ao lado do provimento de acesso a esses conteúdos.

Cabe ainda ao Estado o papel essencial, em particular na sua esfera federal, de coordenar os conflitos de natureza federativa. Por exemplo, a implementação da infraestrutura física, como torres, antenas, dutos, cabos e equipamentos dos serviços de telecomunicações, que incide sobre a competência da União, tem sido dificultada por legislações restritivas e onerosas de Estados e Municípios, em muitos casos contrariando a legislação federal.

Um gargalo a ser superado, para que o Estado possa desenvolver plenamente suas iniciativas, é garantir as condições financeiras para realizar os investimentos necessários em infraestruturas críticas e para a execução de sua atividade regulatória. Para tal, é necessário aplicar no setor os recursos arrecadados pelos fundos setoriais (FUNTTEL, FISTEL, FUST), atualmente não utilizados em sua plenitude devido a razões legais e financeiras.

Fortalecimento do conteúdo nacional

Um desafio estratégico é o de afirmar a vocação do Brasil para a produção e exportação de conteúdos criativos.

Esse desafio, porém, é confrontado com a crise do modelo de negócio da televisão aberta e do rádio analógico, ambos baseados na sustentação via publicidade e na restrição da competição pela

audiência pela própria restrição das frequências. Hoje, com a TV a cabo e a profusão de canais de comunicação pela internet, a sustentabilidade desse modelo enfrenta suas maiores dificuldades.

De todo o modo, a TV aberta e o rádio continuarão a ser meios essenciais de consumo da informação e de entretenimento para milhões de brasileiros. Mas na medida em que a cobertura de internet alcançar uma parcela cada vez maior de brasileiros, o problema tende a se tornar incontornável.

Há, portanto, uma reestruturação desse mercado da radiodifusão, no momento em que se migra para o padrão digital. A mudança representa uma quebra do paradigma tecnológico de voz para o de dados, o que altera também o paradigma de cobrança (preços).

O padrão digital aumenta as oportunidades de geração de conteúdo, podendo fortalecer a produção nacional se acompanhado de regras (como as já existentes) e também de incentivos. Um dos desafios é diagnosticar as iniciativas existentes nesse campo, que são ainda bastante incipientes, para alavancar tanto a produção cultural quanto a indústria de softwares e de segurança da informação, que passou de tema latente para necessidade urgente à procura de expertise.

No campo cultural e informativo, cabe um destaque ao papel essencial a ser cumprido pelas TVs e rádios públicas e estatais, na produção cultural e informativa. Elas podem contribuir para a produção educativa, a educação à distância e a informação para a cidadania.

Sugestões

A primeira providência fundamental a ser tomada é a de se criar um espaço de interlocução entre Estado e sociedade, reunindo dirigentes governamentais, empreendedores, produtores e consumidores de informação e entretenimento, para discutir e definir diretrizes estratégicas que permitem consolidar prioridades das ações do Estado.

Na era da convergência, não se pode manter um abismo entre os órgãos que estão diretamente relacionados ao setor, mas caminham por vias separadas, sem objetivos em comum. Os setores de telecomunicações, educação, cultura, as TVs e rádios públicas e estatais, além dos órgãos centrais da gestão de governo,

como a Casa Civil, a Fazenda e o Planejamento, e as agências regulatórias e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), juntamente com o Ministério das Comunicações, precisariam estar reunidos e presentes em um conselho institucional de políticas de comunicação, que funcionasse como uma espécie de câmara setorial para debater e decidir sobre os grandes temas que interferem no futuro das comunicações.

A ausência desse fórum de articulação e de coordenação de iniciativas faz com que mesmo os órgãos de governo atuem sob grande dispersão. A criação desse espaço seria um sinal positivo de que o tema entrou definitivamente na agenda prioritária do Estado brasileiro.

O País precisa também definir rapidamente seu marco civil da internet e atualizar sua Lei Geral de Telecomunicações e seu Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT, Lei 4.117/1962) prevendo seu sistema de comunicação multimídia. Basicamente, o que é preciso fazer é sintonizar a legislação aos desafios colocados para o Brasil, conforme diretrizes estratégicas para o setor a serem definidas na interlocução entre Estado e sociedade, atualizando esses marcos legais para os desafios e a realidade das telecomunicações, onde a convergência desponta como fator preponderante.

O futuro das comunicações está diretamente ligado ao futuro da internet, e o principal vetor de crescimento da internet, ao lado da convergência, atualmente, é a chamada “internet das coisas”. Estamos em plena transição para esse modelo. Quem primeiro definir as plataformas aptas a tornar possível a internet das coisas garante a primazia sobre sua regulação. Para tanto, é necessário um sistema de incentivos que supere o atual modelo de tributação do setor, que foi pensado há 60 anos e não condiz com o tipo de comunicação para a qual se caminha muito rapidamente.

Em termos mais pontuais, é preciso retomar o ritmo mais acelerado da implantação do padrão de TV e rádio digital. Foram investidos recursos em pesquisa e desenvolvimento para se produzir um padrão próprio (o Ginga, Middleware Aberto do Sistema Nipo-Brasileiro de TV Digital). Esse padrão se disseminou inclusive por outros países da América Latina e África. É uma tecnologia amplamente trabalhada e bem definida. Mas ainda faltam ações mais coordenadas para se aproveitar melhor as oportunidades abertas pelas ferramentas de interatividade desse sistema. A disseminação do Ginga é uma oportunidade para a produção e exportação de conteúdo.

No campo regulatório, é preciso aperfeiçoar a portaria MCT 950, que define produtos nacionais e investimentos em inovação no setor. O objetivo a ser perseguido é o de aumentar os investimentos em inovação de pesquisa e desenvolvimento no país, inclusive inserindo os resultados de tal processo nas cadeias mundiais. Mesmo com a grande expansão da demanda do mercado consumidor brasileiro, o fato é que a demanda interna não oferece escala suficiente para alavancar a economia do setor. Pensar na produção de equipamentos apenas para o país significaria optar pelo encarecimento dos seus preços, à semelhança do que ocorreu no período da reserva de mercado para os produtos de informática nos anos oitenta. Não há possibilidade de inovação sustentável fora de cadeias globais de produção e distribuição. Assim sendo, parece uma alternativa mais razoável o fomento à produção de software e conteúdos, setor em que as barreiras à entrada são muito menores, há farta mão-de-obra especializada no país e grande potencial para a atuação de pequenas e médias empresas.

Os fundos FUNTEL, FISTEL e FUST precisam ser utilizados plenamente para cumprir a finalidade para a qual foram criados. Suas não reversões em investimentos e em regulação representam o atraso do setor, o que prejudica enormemente o conjunto da economia nacional, que depende cada vez mais da infraestrutura e dos serviços de comunicações. O grande problema da gestão estratégica do setor continua sendo a interferência da gestão fiscal na política setorial.

A infraestrutura de comunicações deve estar prioritariamente voltada aos desafios da área da educação, da cultura e de serviços nas atividades fundamentais para a garantia de direitos.

A regulação deve proporcionar segurança jurídica para empresas e cidadãos, estimular o fortalecimento de uma multiplicidade de empreendedores, com menor carga de obrigações burocráticas. Tais providências são decisivas para se fortalecer a possibilidade de concorrência no setor.

Em paralelo, há desafios importantes a serem discutidos em detalhe, como o papel das comunicações no projeto político e econômico internacional do Brasil, e a questão da segurança cibernética. Ambos os temas, aventados, mas não aprofundados, mereceriam, oportunamente, um tratamento mais detido.

Conclusões

As comunicações têm uma importância central na nova economia internacional. O desafio estratégico essencial é o de compreender o papel que o Estado brasileiro pode cumprir, em consonância aos anseios da sociedade e em sintonia com as possibilidades e iniciativas de seus agentes econômicos. Esse alinhamento estratégico deve traduzir-se em políticas capazes de fazer o setor avançar, projetando o Brasil em escala global, em especial na produção de conteúdo e como referência na provisão de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC universalizados aos seus cidadãos.

A avaliação estratégica do PPA 2012-2015 partiu de três dimensões estratégicas: a comunicação como direito social, a importância crucial da regulação para o fortalecimento do setor e a prioridade à produção de conteúdo nacional.

O papel do Estado do ponto de vista estratégico no setor de comunicações é o de promover o investimento em infraestrutura e atuar na área regulatória de forma tanto a corrigir eventuais falhas de mercado quanto a garantir os direitos dos cidadãos, sejam eles clientes ou não de serviços de comunicação públicos ou privados.

Os desafios colocados implicam em superar uma questão preliminar, que é a utilização plena dos recursos arrecadados que compõem os fundos setoriais para garantir que o setor faça investimentos e reforce a própria atuação regulatória de suas agências.

Para além de atender ao quesito da economicidade, barateando custos por meio de ferramentas digitais, o objetivo a ser cumprido é o de facilitar o acesso do cidadão a uma provisão de serviços públicos que garantem direitos de cidadania. A atuação regulatória, por sua vez, deve ter como ênfase proporcionar segurança jurídica tanto às empresas quanto, sobretudo, aos cidadãos.

A conjunção dessas duas dimensões da atividade regulatória propiciaria o florescimento de um mercado mais forte, com um número maior de agentes econômicos empreendedores, além do fortalecimento de empresas com vocação para o mercado internacional.

O significado estratégico desses desafios é o de promover a

COMUNICAÇÃO: DIREITO SOCIAL, REGULAÇÃO E CONTEÚDO NACIONAL

universalização do acesso, a pluralidade de atores protagonistas de meios e de formatos comunicativos que fortaleçam a democracia e impulsionem a produção nacional de conteúdo em áreas cruciais para a garantia de direitos fundamentais e do desenvolvimento sustentável.



ENAP



Ministério do
Planejamento

G O V E R N O F E D E R A L



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA